



*Fernando Henrique e Florestan esperam definições políticas*

## Economistas do Congresso já não temem a depressão

Helena Daltro

BRASÍLIA — Depois do primeiro impacto do Plano Collor, senadores e deputados que também são reconhecidos economistas e sociólogos abandonaram as previsões catastróficas de uma depressão econômica, mas ainda julgam necessária uma administração cautelosa do programa do governo. Enquanto acompanham com atenção os ajustes promovidos pelo governo, fazem sugestões e aguardam, curiosos, o próximo capítulo do programa de estabilização da economia: a política de negociação da dívida externa com os credores internacionais.

Defensor de primeira hora das reformas fiscal e monetária decretada pelo governo, o deputado César Maia (PDT-RJ) diz que continua apoiando as medidas econômicas. Otimista, Maia calcula que a inflação deverá ficar em cerca de 20% este ano, com índices mensais entre 1% e 2%. “Desde o começo apoiiei as reformas fiscal e monetária, mas faço oposição ao restante do plano, porque penso que o governo não pode vetar a possibilidade de o Congresso fazer, até o final do ano, uma nova política salarial”, explica.

A economia, acrescenta, vai viver um processo recessivo, “mas não depressivo como o de 1982 e 1983”. Maia diz que a queda do PIB este ano deverá ficar entre 2% e 3%, a contar de maio, previsão compartilhada pelo líder do PDS no Senado, Roberto Campos (MT), ex-ministro de Planejamento no governo Castelo Branco. Outro destacado economista, o deputado José Serra (PSDB-SP), que alertou o governo várias vezes para o perigo de uma recessão, está menos pessimista, mas continua a pensar que a administração do plano econômico é delicada. “Não há hecatombe, mas a vida não será um paraíso. Ainda estamos na fase de ajustamento do plano e, certamente, haverá recessão”, pondera.

**Torneiras** — A abertura das torneiras que injetam cruzeiros no sistema financeiro provocou o aumento do dinheiro em circulação na economia de pouco mais de 9% do PIB, no início do plano, para cerca de 12%, tornou-se perigosa, alerta Roberto Campos. “O que está valendo é a força do grupo de pressão, que consegue uma abertura da torneira. Acho que o governo deveria injetar cruzeiros com os leilões do Banco Central e pela taxa cambial de exportação. Dessa forma, abre-se a concorrência, acaba-se com privilégios e diminuem as grandes pressões impostas à ministra da Economia”, propõe.

Para que o plano “se revele não só ousado mas duradouro”, o senador sugere medidas que eliminem o déficit público e acelerem o processo de privatização, com permissão para que ações, propriedades e bens do governo sejam adquiridos com cruzados novos. Assim, explica, dimi-

nuiam o peso da dívida interna contraída para setembro de 1991 e as despesas do governo, aumentando, de quebra, a produtividade na economia.

Mesmo preferindo a abertura de crédito para determinados setores ao invés dos leilões — que provocam deságio do cruzado com relação ao cruzeiro —, o deputado José Serra não deixa de criticar privilégios ao setor público. “Os estados e municípios estão muitíssimo melhor que o governo federal. Eles não enxugaram suas máquinas administrativas”, diz Serra, lembrando que a maior parte do dinheiro injetado na economia, nas últimas semanas, foi para os tesouros estaduais e municipais, via conversões de Cr\$ 300 milhões do Tesouro Nacional.

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) defende um arrocho no dinheiro em circulação. “O governo não pode se apressar em abrir as torneiras, embora deva evitar um quadro depressivo. É preciso administrar essa situação com cautela”, diz. Mais crítico ao plano e ao governo, o deputado Florestan Fernandes (PT-SP) acusa os economistas do Executivo de tecnocratas. “Há pessoas de valor, mas todos padecem de inexperiência e simplificam a trajetória e intervenção do Estado na economia.” O deputado petista diz ainda que há uma grande ilusão dentro do governo: “Eles acham que o Brasil vai cair no primeiro mundo de pára-quadas e impõem sacrifícios enormes à nação.”

**Incôgnita** — A renegociação da dívida externa é “um quadro de incerteza, embora ponto vital para o sucesso do plano econômico a médio prazo”, aponta César Maia. A organização política do governo e sua base de sustentação no Congresso é outra incôgnita que só ficará mais clara após as eleições gerais de outubro, destaca o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP). O plano econômico, diz Fernando Henrique, está feito. Falta a definição política que determinará qual o tipo de desenvolvimento que o Executivo prescreve para o Brasil. “A cor do governo a gente só vai saber no segundo semestre. Por enquanto, só temos gestos simbólicos e espetaculares do presidente”, avalia o líder tucano.

O governo não deve renegociar a dívida externa com a velha tática de produzir grandes superávits comerciais com exportações, destinados apenas ao pagamento dos juros da própria dívida, avalia Dornelles. “É preciso exportar para importar mais e não para pagar juros”, aconselha. De modo geral, os parlamentares estão esperançosos quanto aos efeitos do plano econômico. Roberto Campos prefere apoiar as medidas e “rezar para que dêem certo”, enquanto Fernando Henrique aguarda uma resposta da opinião pública nas eleições: “É a sociedade que vai dizer se quer renovar a base política do governo ou manter as coisas como sempre foram.”